

A RECEPÇÃO DA EXORTAÇÃO APOSTÓLICA PÓS-SINODAL AMORIS LAETITIA: Desafios e tarefas eclesiais

The reception of the Post-Synod Apostolic Exhortation Amoris Laetitia: Challenges and ecclesial tasks

João Décio Passos^{1*}

Resumo:

O presente ensaio problematiza e encaminha a questão da recepção da Exortação Pós-sinodal *Amoris Laetitia*. Tem como ponto de partida a constatação das diferentes leituras e acolhidas do Documento, assume como hipótese central a necessidade de promoção da autêntica recepção dentro da Igreja e adota como pressuposto implícito e explícito a positividade das orientações oferecidas pelo mesmo. A reflexão busca nos textos de Francisco as referências para se sustentar e articular em seu conjunto e situa a questão da recepção da Exortação na conjuntura das reformas empreendidas por ele na Igreja atual.

Palavras-chave: *Amoris laetitia*, Francisco, magistério, matrimônio, recepção.

Abstract:

This essay problematize and address the question of the reception of the *Amoris laetitia* Post-Synod Exhortation. It has as a starting point the verification of the different readings and acceptances of the Document, assumes as central hy-

¹ João Décio Passos é livre-docente em teologia e professor no Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião, da PUC-SP, e no ITESP. Autor de diversos artigos e livros nas áreas de teologia e ciência da religião.

pothesis the need to promote authentic reception within the Church and adopts as an implicit and explicit assumption the positivity of the guidelines offered by it. The reflection seeks in the texts of Francis the references to support and articulate as a whole and places the question of the reception of the Exhortation in the context of the reforms undertaken by him in the Church today.

Keyword: *Amoris laetitia*, Francis, magisterium, marriage, reception.

A Exortação *Amoris laetitia* do Papa Francisco tem sido objeto de discussão dentro e fora da Igreja. A pergunta se a doutrina referente ao matrimônio foi ou não modificada está por debaixo dos debates, das diferentes interpretações e, até mesmo, de certos dissensos inéditos dentro da Igreja católica. Essa pergunta tem recebido, evidentemente, diferentes respostas, a depender dos sujeitos ou dos contextos onde são elaboradas. Sem naturalizar ou justificar as polêmicas presentes nas respostas que têm sido dadas, é necessário colocá-las dentro de um processo eclesial mais amplo, onde e quando a transmissão de ensinamentos envolve sempre e inevitavelmente distintos sujeitos, em distintas posições e com distintos interesses. O conceito de recepção, utilizado regularmente para designar as etapas de acolhida, de interpretação e de aplicação de um ensinamento do Magistério, adquire, no momento das reformas franciscanas, grande relevo hermenêutico, político e eclesial. O que está ocorrendo em relação à recepção da Exortação *Amoris laetitia* na Igreja atual? Trata-se de um modo inédito de receber um Documento papal, tendo em vista as reações de oposição e de indiferença visíveis na Igreja? Antes de tudo, o que significa recepção na Igreja? Como promover a recepção dentro do espírito de construção do consenso eclesial, ação inerente à própria Igreja? A recepção da Exortação é um desafio no sentido original da palavra de superar as próprias convicções, ou a própria fé – *disfidare* - e abraçar o novo, recriar e reconstruir. No âmbito das reformas franciscanas, a Exortação convida as comunidades cristãs a saírem de suas estabílicas normativas e acolher o que está fora do padrão usual, a discernir e a integrar os que têm sido excluídos ou descartados como irregulares.

1. A problemática da recepção

Todos os Documentos lançados com finalidade pedagógica deparam-se imediatamente com o processo inevitável de sua recepção. Isso significa dizer que uma coisa é o Documento escrito e outra coisa a colocação em prática de suas orientações ou determinações. Com efeito, entre o discurso e a prática localiza-se, ainda, a interpretação: qual o significado das orientações ali comunicadas? A interpretação constitui um momento essencial da recepção onde os conteúdos transmitidos podem ser bem ou mal entendidos, podem ser preservados ou desvirtuados. E no ato de interpretar pode ocorrer ainda a seleção que separa o conteúdo que interessa do que não interessa e, no limite, fazer o texto falar o que, na verdade, sequer quis falar. Após a interpretação vem a adesão aos con-

teúdos ouvidos, compreendidos. Eles podem ser ou não assimilados pelos ouvintes, a depender de vários fatores: a praticidade, as motivações, as convicções, os meios concretos de adesão e de aplicação etc.

Isso acontece porque o processo de recepção envolve sujeitos distintos em suas diversas etapas: o sujeito que elabora o documento, os sujeitos que o interpretam, os sujeitos que o recebem e que vão colocá-lo em prática, juntamente com outros sujeitos. Longe de qualquer univocidade de sentido e linearidade de transmissão, a recepção é um processo complexo que envolve fatores diversos e cujo resultado foge de qualquer controle prévio dos sujeitos nele envolvidos em uma de suas etapas.

Portanto, entre o conteúdo normativo de um documento e a sua concretização há um caminho a percorrer, um verdadeiro processo de transmissão e uma negociação de interesses diversos. Não há automatismo nem imediatismo. Não há um sentido fixo e nem uma acolhida única. Diferentemente das leis que são colocadas em prática pela via da coerção, as normas de cunho ético-pedagógico exigem construção de consensos desde as suas publicações até as suas últimas aplicações. A recepção pressupõe abertura, decisão e esforço na busca do sentido comum, do caminho comum e da meta comum. Exige, em última instância, conversão, diria o Papa Francisco.

Os Documentos lançados pela Igreja são exemplos desse desafio de construir uma recepção ou, um consenso, entre os fieis. A história de todos eles se relaciona a esse processo e, por isso, mesmo, eles podem produzir diferentes resultados no conjunto da vida da Igreja. As orientações do Concílio de Trento levaram mais de três séculos para serem efetivamente concretizadas no Brasil. A recepção do Vaticano II foi diversificada nos vários contextos eclesiais. Mas, o desafio da recepção torna-se, ainda, mais complexo quando os conteúdos de um Documento são inovadores e deparam com costumes muito consolidados na vida de um determinado grupo eclesial. Ela exigirá, no caso, uma mudança de mentalidade e de práticas: reeducação, reforma, conversão!

Por certo, são necessárias algumas distinções para tornar mais preciso o significado da recepção. A primeira distingue *recepção* de *rejeição*. Ainda que pareça óbvio, muitas vezes ocorre uma não aceitação de um texto orientativo; nesse caso não ocorre recepção, mas, estratégias de boicote direto ou indireto e de construção de contraposição teórica ou prática. Não ocorre, no caso, uma recepção. A segunda distinção é entre *recepção* e *reprodução*. Fazer recepção é promover um processo de compreensão e de acolhida de uma orientação, enquanto a reprodução pode ocorrer como a mera interiorização passiva de algo que foi apresentado como norma ou regra. A recepção é, portanto, produção que envolve sujeitos e não reprodução que dispensa o exercício consciente e autônomo dos sujeitos envolvidos em uma ação. Outra distinção é em relação à introjeção da norma pela força, ou, entre a *recepção* e a *coerção*. A recepção pressupõe a construção de consenso e, por conseguinte, se opõe a todos os tipos de ação coercitiva. Pela força da coerção uma orientação, norma ou lei, se impõem mecanicamente sem pressupor a convicção ou adesão dos sujeitos; ocorre, portanto, uma passagem direta da norma para a prática, quando só resta aos indivíduos acatar o que se im-

põe, sem precisar sequer entender o conteúdo do que está sendo imposto. Pode-se distinguir, ainda, *recepção* de *acomodação*. Essa pode ser entendida como a completa liberdade perante a orientação, quando tudo se torna adaptável, ou moldável a cada realidade local ou individual. Perde-se, no caso, a objetividade da orientação, o que dispensa, no fim das contas, todo esforço de interpretação. Por fim, se poderia também distinguir *recepção* de *seleção*. A leitura deliberadamente seletiva desconsidera o conjunto ou a busca da ideia fundamental de um texto, em nome de um conceito particular que se extrai do mesmo, trocando o geral pelo particular. Normalmente essas leituras são conscientes e feitas com o intuito de evitar a acolhida daquilo que é fundamental e que exige muitas vezes mudança de postura teórica ou prática. Nesse caso, não ocorre recepção por rejeitar o conteúdo objetivo em seu conjunto e projetar sobre o texto ideias e valores que estão, na verdade, já consolidados nos sujeitos receptores.

A recepção significa, portanto: a) processo de acolhida de uma orientação ou norma, b) por parte de um grupo ou de indivíduos conscientes, c) por meio de estratégias de compreensão de conteúdos e de construção de ações comuns, d) que visam colocar em prática aquelas mesmas orientações, e) em uma realidade local, e f) em um determinado tempo. Em outros termos, a recepção exige, portanto, tempo de trabalho, pressupõe a ação de sujeitos, exige construção de consensos interpretativos e de ações conjuntas.

2. A recepção eclesial

Todas as reformas feitas na Igreja, por Concílios e Sínodos, por Papas e bispos, exigiram um longo e árduo trabalho de construção de consensos ou, até mesmo, de imposição de *consenso*. Muitas vezes as reformas foram traduzidas em lei canônica ou em normas interpretativas oficiais (Caso do Concílio de Trento). Os fiéis ficam, no caso, coagidos a acatar as regras, sob pena de serem enquadrados em *desvio de comportamento moral*. Outras vezes, as reformas são implantadas mediante um trabalho de conscientização e de construção consensual, como foi o caso das renovações trazidas pelo Vaticano II.

O que interessa no fim das contas em um Documento do Magistério é a sua recepção, ou seja, a compreensão e a vivência das orientações por ele oferecidas da parte de cada fiel na comunidade eclesial. A palavra *recepção* quer dizer *receber* e chama a atenção para os modos como se recebe uma mensagem. Na verdade, embora todos pertençam à mesma comunidade dos seguidores de Jesus Cristo, de um lado está o Papa que ensina; de outro lado, os sujeitos que recebem esses ensinamentos. Portanto, de um lado está um Documento escrito em uma determinada língua e em uma determinada linguagem e de outro as muitas Igrejas com suas línguas e culturas e os muitos sujeitos com suas expectativas e com seus diferentes níveis de compreensão.

Promover a passagem do texto oficial para os destinatários concretos é o grande desafio de todos os sujeitos eclesiais, os pastores, os teólogos e os agentes pastorais, que exercem, de alguma forma, o ministério de ensinar dentro da

Igreja. Essa passagem do texto para a vida do povo de Deus não é automática e nem na forma de uma norma geral que se aplica a todos, dispensando a ação formativa da comunidade. Ao contrário, é uma tarefa que exige planos de ação e estratégias de ensino-aprendizagem nas diversas dioceses, paróquias e comunidades. Mas, certamente exige, antes, vontade de acolher, divulgar e aprender os ensinamentos papais; sem essa postura primeira, os Documentos já nascem mortos, tornam-se mais um livro que vai para o depósito das estantes e para a história do Magistério. De fato, estudo e a formação é um grande desafio para todas as Igrejas porque exigem romper com as rotinas e as agendas já fixadas. Conservar é mais cômodo que criar e modificar o que aparentemente está dando certo.

Mas, vale lembrar também que os Documentos da Igreja não são produzidos para serem promulgados como teorias puras que fazem avançar o entendimento de uma questão, à maneira da filosofia ou de algumas ciências. Eles são ensinamentos que visam ajudar o povo de Deus a viver a fé de modo mais consciente e coerente em um determinado tempo e espaço. Portanto, a divulgação e o estudo, a compreensão e a vivência desses ensinamentos é o ponto de chegada de um processo pedagógico, é o momento em que a semente é lançada na terra e poderá produzir frutos. A recepção adquire, então, um significado teológico como sentimento eclesial comum (*sentire cum ecclesia*), como busca de sentido comum (*sensus ecclesiae*) e como comunhão de fiéis em torno da mesma compreensão e prática de fé (*sensus fidei*). O processo de recepção é fruto de um esforço articulado de fé e de razão que buscam juntas entender, acolher, decidir e praticar o que foi apresentado em um texto normativo.

3. Os desafios da recepção na Igreja

Se não houver um trabalho cuidadoso de promover a recepção dos Documentos da Igreja, eles podem terminar guardados nas gavetas dos bispos e dos padres, como mais um que foi lançado. O Papa Francisco recorda que em nossos dias os Documentos já *não suscitam o mesmo interesse que noutras épocas, acabando rapidamente esquecidos* (EG, n. 25). Por outro lado, as pastorais e os movimentos, estão ocupados com suas agendas particulares que acabam dispensando o estudo dos Documentos do Magistério papal. Muitas vezes cada um deles já possui seu magistério próprio: o conjunto de regras que advêm de suas coordenações centrais. De fato, o povo de Deus de um modo geral não está sintonizado com esses ensinamentos da Igreja. Os fiéis de um modo geral vivem sua fé a partir daquilo que já conhecem da catequese que receberam das homilias dominicais ou daquilo que chega trocado em miúdos até seus grupos de atuação. A formação do laicato ainda é uma tarefa a ser organizada pelas dioceses, paróquias e comunidades; uma das dimensões da vida da Igreja nem sempre considerada importante dentre as diversas frentes pastorais. Contudo, cada cristão tem o direito à informação sobre as orientações do Magistério. Se não houver quem semeie, a semente não germina.

Não se pode esquecer que o mundo de hoje vive de informações em todos os aspectos e sobre os mais diversos assuntos. As notícias boas e ruins estão presentes em todos os meios de comunicação diariamente e nas mãos de cada sujeito pelos aparelhos eletrônicos cada vez mais eficientes. Essas informações são numerosas e instantâneas e conectam a todos em uma grande rede mundial. A desinformação não tem mais lugar nessa sociedade. No entanto, muitas vezes, as coisas referentes à fé permanecem presas em fragmentos recebidos do passado na catequese infantil ou, então, entregues às notícias veiculadas pelos diversos meios de comunicação. A formação catequética e teológica se torna hoje uma urgência urgentíssima nas comunidades eclesiais. O risco permanente da Igreja é perder a batalha da informação (e da formação) para as mídias sempre mais ágeis, para o primeiro pregador que oferece discursos de soluções religiosas imediatas para os problemas da vida ou para as performances espetaculares que vendem a fé como mais um produto de bem-estar que atrai o desejo de satisfação individual sempre ativo no ser humano.

Outro desafio da fase de recepção é fazer a tradução dos ensinamentos em uma linguagem acessível a todos os cristãos. Embora o Papa Francisco escreva em um estilo pastoral, os textos são elaborados a partir de conceitos nem sempre conhecidos pelo povo. É preciso traduzi-los, trocá-los em miúdo para que possam ser compreendidos. Essa tarefa exige esforço das lideranças e, antes de tudo, estudo dos Documentos para que possam ser divulgados no nível dos receptores concretos. Cada comunidade é que pode encarar essa tarefa concreta e aprender a fazer fazendo; tomar a iniciativa e de acolher os ensinamentos do Papa como sujeitos eclesiais que por direito e dever cresce no conhecimento da fé.

Vale lembrar que na introdução da Exortação *Amoris laetitia* (7), o Papa Francisco oferece dicas concretas para o estudo, pensando nos diversos receptores. Explica que a leitura não precisa ser feita de modo linear e apressada, tendo em vista a extensão e as diferenças de estilo de cada um dos 9 capítulos que compõem a Exortação. Aconselha a *aprofundar pacientemente uma parte de cada vez* e sugere que se procure no texto o que *precisam em cada circunstância concreta*. Reconhece que cada capítulo possa interessar mais a um interlocutor específico pela temática que aborda. O Papa pressupõe, evidentemente, que o Documento vá ser estudado pelas famílias e pelas pastorais. É preciso criar as condições para que isso aconteça nas paróquias, nas comunidades e nas famílias. Vale repetir: se não houver quem semeie a semente não germina.

4. As diferentes recepções da Exortação

Na Introdução da Exortação Francisco fala da necessidade de continuar aprofundando a questão do matrimônio por se tratar hoje de uma questão complexa. Diz que a reflexão *honesto, realista e criativa* dos pastores e teólogos pode ajudar a alcançar maior clareza no assunto. Fala também daqueles que têm um desejo desenfreado de *mudar tudo sem suficiente reflexão* e também dos que querem *resolver tudo através da aplicação de normas gerais* (2). Essas observações apontam

para as expectativas em relação ao Documento, para os diferentes modos de encarar a questão. No fundo, significa reconhecer que a Exortação vai ao encontro de diferentes pressupostos, ou seja, de ideias já formadas sobre o assunto. Em outros termos, os sujeitos que vão receber o Documento já têm suas convicções e tendem a recebê-lo segundo suas perspectivas. No parágrafo seguinte, Francisco alerta que nem tudo pode ser resolvido pelo Magistério e que existem maneiras diferentes de interpretar a doutrina; indica que em cada realidade local deve haver *soluções inculturadas* sintonizadas com a *tradição* e aos *desafios locais* (3).

Francisco já oferece critérios de recepção do Documento: leituras diversas e inculturadas, fiéis à tradição e à realidade, leituras honestas e criativas. A Exortação não pode ser entendida, portanto, como um pacote fechado de normas gerais que dispensem o trabalho dos pastores, dos teólogos e do povo de Deus. Há, portanto, um trabalho a ser feito de agora em diante. A Exortação é um ponto de partida para uma nova fase na vida da Igreja e das famílias. Ela é uma espécie de ponto de partida. O Papa está dizendo: façam agora a recepção da Exortação!

Contudo, há que perguntar por alguns critérios fundamentais para fazer a recepção das orientações do Papa sem trair e selecionar de modo a deturpar o que ele quis, de fato, dizer. Certamente haverá diferentes modos de receber a Exortação, mas não poderá haver modos que neguem o seu conteúdo fundamental. Vale lembrar que Francisco já explicitou os tipos de oposição às suas reformas, quando falou com os funcionários da Cúria romana, em Dezembro de 2016:

...as resistências abertas, que nascem muitas vezes da boa vontade e do diálogo sincero; as resistências ocultas, que nascem dos corações assustados ou empedernidos (...) as resistências malévolas, que germinam em mentes tortuosas e aparecem quando o diabo inspira más intenções (muitas vezes disfarçadas sob pele de cordeiros).

Essas oposições se aplicam também aos modos como a *Amoris laetitia* tem sido recebida na Igreja. Não têm faltado grupos que se encaixam nesses tipos de resistências às novidades trazidas pelo Documento. No entanto, a resistência oculta opera como leitura que afirma que *nada mudou*, que a Exortação dá continuidade à tradição anterior sem qualquer ruptura. Há também dentro dos ocultos, aqueles que escolhem a indiferença como modo de reagir. Essa posição não é nem de negação e nem de afirmação; é concretizada no silêncio e na letargia. Ela tem sido predominante na Igreja. É fruto da má vontade, do desinteresse e da ignorância em relação às novidades oferecidas pela Exortação.

5. Os desafios da recepção da Exortação

Há, portanto, diferentes maneiras de entender a *Amoris laetitia*, sobretudo quando se pergunta pela mudança na compreensão da doutrina do matrimônio e da família. De fato, é preciso reconhecer que a Exortação foca em questões

consideradas delicadas, não somente por tratar da intimidade do casal, mas também por terem sido definidas de modo bastante rígido pela Igreja no decorrer do tempo. Francisco reconhece que essa rigidez não fez o matrimônio ser mais desejável e atraente, mas provocou precisamente o contrário. Diz: *devemos ser humildes e realistas, para reconhecer que às vezes a nossa maneira de apresentar as convicções cristãs e a forma como tratamos as pessoas ajudaram a provocar o que hoje nos leva a lamentar* (AL, n. 36). Outras vezes o matrimônio foi tratado de modo demasiadamente abstrato a partir de uma teologia idealista distante da realidade concreta e que não fez o matrimônio se tornar mais desejável (AL, n. 36).

Essa crítica das visões e práticas comuns na Igreja feita por Francisco coloca o dedo na ferida: o tratamento teórico e legalista da vida a dois. Os ensinamentos da Igreja adotaram muitas vezes essa postura e criaram uma situação sem saída. De um lado a doutrina fixa, objetiva e verdadeira, de outro a vida do casal com suas condições concretas e, em muitos casos, configuradas como irregulares e pecaminosas. De fato, a questão tem sido tratada de modo polêmico: mais como uma disputa de conceitos do que como uma atitude de vivência do amor na comunidade cristã. Pode-se dizer que é dentro dessa mentalidade constituída de uma norma moral geral e aplicada a todos que aconteceram os Sínodos de 2014 e 2015 e que chegou a Exortação *Amoris laetitia*. Portanto, não há de esperar uma recepção harmoniosa do Documento, mas, ao contrário, uma recepção que se dará, inevitavelmente, no meio de polêmicas, de oposições e de estratégias diversas de leitura das orientações ali contidas.

Alguns rejeitam a Exortação e se fecham de modo dogmático em torno da norma: ou encaram o Documento como uma série de erros doutrinários (here-sias), ou, curiosamente também apegados à norma objetiva, outros o entendem como medroso, por não criar uma norma nova e geral capaz de sanar em um só golpe todos os que vivem em situações irregulares. Outros, na posição contrária, podem, ainda, entender as renovações oferecidas pela Exortação como uma liberação geral dos valores morais da vida matrimonial.

O momento eclesial atual é rico e desafiante. É o momento de abrir o coração e a mente para acolher os ensinamentos de Francisco de forma humilde e sem preconceitos antigos ou novos. Todos os católicos estão convocados pelo Papa a fazer a recepção da Exortação, a adotar a misericórdia como postura fundamental que permita reinterpretar as situações concretas das famílias, antes, durante e depois da aplicação da norma universal e objetiva.

Por essas razões, algumas tarefas de realização da recepção se mostram urgentes:

- *O acesso à informação.* Todos os cristãos têm direito às informações sobre os ensinamentos do Magistério. Informação é, de fato, poder. Permite romper com supostas exclusividades de conhecimento por parte de algumas lideranças e, por conseguinte, do uso dessas informações como meio de aplicar regras, de excluir ou de integrar membros na comunidade em nome da fé. O clericalismo se alimenta dessa reserva exclusiva de conhecimento e, por essa razão, cria uma divisão de segmentos dentro da Igreja, entre os que sabem mais e os que sabem

menos e, por conseguinte, entre os que podem mais e os que podem menos. Quando todos os sujeitos eclesiais são bem formados nas coisas da fé, as relações se tornam mais iguais e mais responsáveis. O povo de Deus aprofunda a fé e a vivência como um dom que recebeu no batismo e como uma sabedoria que vai amadurecendo. Ninguém é dono do conhecimento das coisas da fé. Quando ele tem dono a comunidade divide-se entre os que sabem mais e os que sabem menos e, por conseguinte, entre os podem mais e os que podem menos. O conhecimento liberta a comunidade eclesial dessas armadilhas do poder que domina e divide. A verdade liberta, ensina Jesus (Cf. Jo 8, 32).

- *A promoção dos sujeitos receptores.* Estudar a Exortação da forma mais ampla possível é um pressuposto fundamental para que ela possa ser colocada em prática. A apropriação dos ensinamentos forma sujeitos mais conscientes, autônomos e responsáveis dentro e fora da Igreja. Quanto maior número de pessoas tiver acesso ao Documento melhor esse objetivo será realizado. A Exortação pressupõe que toda a comunidade eclesial deva acolher os seus ensinamentos e cada um seja sujeito capaz de *acompanhar, discernir e integrar a fragilidade*. Do ponto de vista da moral familiar, essa orientação é revolucionária e desafiante. Fica superada a ideia de uma norma geral aplicada a todas as situações pelos bispos e padres. Mas o Papa se dirige também às famílias e entendem que elas sejam sujeito na vivência da boa notícia do amor (200 e 272). Todos são receptores e transmissores dos ensinamentos da Igreja.

- *O estudo do Documento.* É preciso superar o *ouviu dizer que...* pela boca de terceiros. A análise cuidadosa do texto no todo e nas partes, na letra e no espírito é indispensável para que possa captar o seu ensinamento de modo claro e preciso. Isso faz com que se vá afinando a compreensão e superando as interpretações muito divergentes que podem terminar dividindo a comunidade. O estudo se faz estudando. Cada comunidade deve assumir a tarefa da formação com suas possibilidades concretas. O que não pode é fingir que não há o que estudar; ignorar, no caso, a Exortação que foi dirigida a todo o povo de Deus e de modo direto aos agentes das pastorais de família (200, 272, 287 e 290). O estudo qualifica os fieis a serem mais conscientes e responsáveis em suas vidas familiares.

- *A organização urgente das formas de recepção.* Na sociedade atual a lógica do efêmero predomina em todas as relações. As coisas novas caducam com grande rapidez e dão lugar a outras que chegam. Há um predomínio da novidade que reproduz em tudo a regra do mercado de consumo: o último produto mais belo e mais eficiente que supera o anterior e convida a todos a adquiri-lo. Nesse contexto cultural, a Exortação *Amoris laetitia* corre o risco de envelhecer rapidamente e cair no esquecimento, como um *produto* que envelheceu. É preciso agilizar o seu estudo em todos os grupos eclesiais. A boa notícia da família é urgente e atinge diretamente a vida dos fieis. Ela exige conhecimento e responsabilidade de todos os sujeitos eclesiais para que a comunidade eclesial reaprenda a discernir e a acolher as famílias que estão fora do ideal de vida matrimonial. O estudo é urgente para que se façam as *mudanças urgentes na visão e nas práticas das comunidades eclesiais em relação às famílias, sobretudo em relação àquelas mais fragilizadas.*

Considerações finais: Fazer a recepção: semear as sementes

A Exortação pós-sinodal *Amoris laetitia*, é resultado de uma caminhada da Igreja e, ao mesmo tempo, o início de um novo caminho a ser trilhado por todos. O Sínodo da família retomou o *depósito da fé* e escutou o *depósito da vida, na busca de uma renovação das posturas dos cristãos, de todos os sujeitos eclesiais*, na convivência comunitária. O Papa Francisco acolheu as orientações fundamentais dos Sínodos e escreveu esse Documento, no exercício regular do Magistério Papal. Não há aplicação direta e automática dos ensinamentos do Magistério, como de nenhum outro documento que queira ser disseminado e aplicado pela via pedagógica do consenso. A Exortação está agora nas mãos dos sujeitos eclesiais para ser semeada. Todos são o chão fértil que deverá acolher os seus ensinamentos.

Como tem deixado claro o Papa, cada fiel deve ser protagonista da evangelização e da renovação da Igreja, deve ser o primeiro e não ficar esperando que alguém faça para si o que é seu compromisso (cf. EG, n. 24). A *Amoris laetitia* chama a todos para a responsabilidade de *acolher, discernir e integrar* as famílias frágeis na comunidade. A norma sozinha não pode mais ser adotada como regra que tudo resolve e que se aplica a todos os casos; as autoridades eclesiais não são as aplicadoras oficiais de uma norma universal que desconsidera as realidades particulares. Todos são responsáveis pela vivência do amor em família na comunidade cristã. A missão de anunciar com palavras e ações a boa notícia desse amor é uma tarefa que exigirá conversão, mudança de mentalidade e de práticas; exigirá também que as famílias e cada cristão estejam, de fato, congregados em comunidades de relações próximas e diretas, superando todas as formas de agremiação que mantenham indivíduos isolados ou massificados.

Cada cristão católico está, portanto, convocado a acolher e divulgar os ensinamentos do Papa Francisco em suas famílias e sem suas comunidades. O Documento escrito e publicado por ele agora é de todos. É hora de conhecer, divulgar, aprofundar e, sobretudo, de praticar os ensinamentos da *Alegria do Amor*.

Referências bibliográficas:

- FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- _____. Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris laetitia*. São Paulo: Paulinas, 2016.
- _____. *Encontro com a Cúria Romana na apresentação de votos natalícios*, 22 de dezembro de 2016. In: Discursos de Francisco (www.vatican.va).